



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO

N.º do Pedido: PI1005020-5 **N.º de Depósito PCT:**
Data de Depósito: 23/12/2010
Prioridade Unionista: -
Depositante: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (BRMG)
Inventor: Paulo Henrique Iscold Andrade de Oliveira @FIG
Título: "Geometria de aileron e de asa de aeronave asa fixa "

PARECER

Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas			
Elemento	Páginas	n.º da Petição	Data
Relatório Descritivo	1/4 – 4/4	NPWB 870200149368	26/11/2020
Quadro Reivindicatório	1/2 – 2/2	NPWB 870200149368	26/11/2020
Desenhos	1/1	DEMG 014100004502	23/12/2010
Resumo	1/1	DEMG 014100004502	23/12/2010

Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI		
Artigos da LPI	Sim	Não
A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção)		X
A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável)		X
O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI)	X	
O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI	X	

Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI		
Artigos da LPI	Sim	Não
O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI	X	
O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI	X	

Quadro 4 – Documentos citados no parecer		
Código	Documento	Data de publicação
---	-----	---

Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI)		
Requisito de Patenteabilidade	Cumprimento	Reivindicações
Aplicação Industrial	Sim	1 – 6
	Não	-----
Novidade	Sim	1 – 6
	Não	-----
Atividade Inventiva	Sim	1 – 6
	Não	-----

Comentários/Justificativas

A requerente cumpriu satisfatoriamente as exigências formuladas em parecer técnico anterior, publicadas na RPI nº 2591 de 01/09/2020, por meio da petição nº 870200149368 de 26/11/2020 e o pedido encontra-se, agora, em condições de obter o privilégio patentário.

Conclusão

A matéria reivindicada apresenta novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º da LPI), e o pedido está de acordo com a legislação vigente, encontrando-se em condições de obter a patente pleiteada.

Assim sendo, defiro o presente pedido como Patente de Invenção, devendo integrar a Carta Patente **os documentos que constam no Quadro 1 deste parecer, exceto o resumo.**

Para a concessão da patente o depositante deverá efetuar o pagamento da retribuição e a respectiva comprovação correspondente à expedição da carta-patente, conforme os prazos estabelecidos no Artigo 38 da LPI.

Publique-se o deferimento (9.1).

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2020.

Douglas Machado Ramos
 Pesquisador/ Mat. Nº 1494173
 DIRPA / CGPAT IV/DIMEC
 Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº 005/17